



CÓD: OP-1260T-23  
7908403544806

# **TRT 11**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO (AMAZONAS E RORAIMA)**

450 questões gabaritadas-

**GABARITANDO**

Técnico Judiciário – Área Administrativa

**Questões Gabaritadas:**

1. Língua Portuguesa.....	5
2. Noções de Direito Constitucional.....	59
3. Noções de Direito Administrativo .....	81
4. Noções de Administração Pública.....	101
5. Noções de Direito do Trabalho .....	121
6. Noções de Direitos Humanos.....	145

---

# LÍNGUA PORTUGUESA

## LÍNGUA PORTUGUESA

1. FCC - TJ TRT18/TRT 18/APOIO ESPECIALIZADO/ENFERMAGEM DO TRABALHO/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Sujeito

**Atenção:** Considere o poema de Fernando Pessoa para responder à questão.

Às vezes, em sonho triste  
Nos meus desejos existe  
Longinquamente um país  
Onde ser feliz consiste  
Apenas em ser feliz.

Vive-se como se nasce  
Sem o querer nem saber.  
Nessa ilusão de viver

O tempo morre e renasce  
Sem que o sintamos correr.

O sentir e o desejar

São banidos dessa terra.  
O amor não é amor  
Nesse país por onde erra  
Meu longínquo divagar.

Nem se sonha nem se vive:

É uma infância sem fim.  
Parece que se revive  
Tão suave é viver assim  
Nesse impossível jardim.

(PESSOA, Fernando. *Obra poética*. Rio de Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1997)

Exerce a função sintática de sujeito a expressão sublinhada em:

(A) Onde ser feliz consiste / Apenas em ser feliz.

(B) Nos meus desejos existe / Longinquamente um país.

(C) Nesse país por onde erra / Meu longínquo divagar.

(D) Vive-se como se nasce.

(E) Tão suave é viver assim / Nesse impossível jardim.

2. FCC - VEST (UNILUS)/UNILUS/MEDICINA/2022

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Sujeito

**Atenção:** Leia o texto do escritor Moacyr Scliar para responder à questão.

“Se um médico abriu um tumor ou tratou com faca uma ferida grave e isso curou o doente, ele receberá dez siclos [unidade de peso usado no antigo Oriente] de prata se o paciente for um homem livre; cinco siclos se for um descendente de plebeus; dois siclos se for um escravo. Se um médico abriu um tumor ou tratou com faca uma ferida

grave e isso causou a morte da pessoa, então suas mãos serão cortadas, se se tratar de um homem livre, ou deverá fornecer outro escravo, se se tratar do escravo de um plebeu.”

Trechos do código de Hamurabi, escrito na Mesopotâmia por volta de 1.700 a.C. Várias civilizações desenvolveram-se na região entre o Tigre e o Eufrates, e muitas delas chegaram a um alto grau de sofisticação em termos de arquitetura e arte. Ali surgiram conceitos básicos de matemática; ali foram feitas importantes colaborações à astronomia e à metalurgia. Em termos de saúde e doença, contudo, esses povos compartilhavam a crença geral do mundo antigo, segundo a qual a enfermidade era um castigo imposto pelos deuses aos pecadores. Demônios encarregavam-se de proporcionar males específicos: Nergal trazia a febre, Namtaru, dor de garganta, Tiu, dor de cabeça. Havia divindades da cura, Ningishzida, cujo símbolo era uma cobra de duas cabeças – a serpente viria a se tornar depois o emblema da medicina.

Os médicos da Mesopotâmia recorriam aos métodos divinatórios para descobrir o pecado cometido pelo doente; para isso, inspecionavam as entranhas de animais abatidos para apaziguar os deuses. Os médicos se dividiam em três categorias: o baru encarregava-se dos procedimentos divinatórios, o ashipu realizava o exorcismo e o asu fazia as curas propriamente ditas, nas quais, além de preces e rituais, várias substâncias eram usadas. O código de Hamurabi mostra que vários tipos de operações eram feitas. Que o resultado nem sempre era satisfatório, mostram as punições prescritas para o caso de fracasso. Cortar as mãos é uma pena até hoje aplicada no Oriente Médio (para ladrões); no caso, destinava-se obviamente a evitar que um doutor desastrado repetisse o erro. Mas o pagamento também era compensador, quando se considera que um artesão ganhava um décimo de siclo por dia, segundo os documentos da época.

(Adaptado de: SCLIAR, Moacyr. *A paixão transformada: história da medicina na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996)

Considerando a oração centrada no verbo em negrito, exerce a função sintática de sujeito o trecho sublinhado em:

- (A) *Que o resultado nem sempre era satisfatório, **mos-tram** as punições prescritas para o caso de fracasso.*  
 (B) *Ali **surgiram** conceitos básicos de matemática; ali foram feitas importantes colaborações à astronomia e à metalurgia.*  
 (C) *muitas delas **chegaram** a um alto grau de sofisticação em termos de arquitetura e arte.*  
 (D) ***Havia** divindades da cura, Ningishzida, cujo símbolo era uma cobra de duas cabeças – a serpente viria a se tornar depois o emblema da medicina.*  
 (E) *O código de Hamurabi mostra que vários tipos de operações **eram** feitas.*

### 3. FCC - TJ TRT18/TRT 18/APOIO ESPECIALIZADO/ENFERMAGEM DO TRABALHO/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Orações Subordinadas Adverbiais

**Atenção:** Leia a crônica “A casadeira”, de Carlos Drummond de Andrade, para responder à questão.

*Testemunhei ontem, na loja de Copacabana, um acontecimento banal e maravilhoso. A senhora sentou-se na banqueta e cruzou elegantemente as pernas. O vendedor, agachado, calçou-lhe o par de sapatos. Ela se ergueu, ensaiou alguns passos airosos em frente do espelho, mirou-se, remirou-se, voltou à banqueta. O sapato foi substituído por outro. Seguiu-se na mesma autocontemplação, e o novo par de sapatos foi experimentado, e nova verificação especular. Isso, infinitas vezes. No semblante do vendedor, nem cansaço, nem impaciência. Explica-se: a cliente não refugava os sapatos experimentados. Adquiria-os todos. Adquiriu dozes pares, se bem contei.*

– Ela está fazendo sua reforma de base? – perguntei a outro vendedor, que sorriu e esclareceu:

- A de base e a civil. Vai se casar pela terceira vez.  
 – Coitada... Vocação de viúva.

– Não é isso, senhor. Os dois primeiros maridos estão vivos. É casadeira, sabe como é?

*Não me pareceu que, para casar pela terceira vez, ela tivesse necessidade de tanto calçamento. Oito ou nove pares seriam talvez para irmãs de pé igual ao seu, que ficaram em casa? Hipótese boba, que formulei e repeli incontinentemente. Ninguém neste mundo tem pé igual ao de ninguém, nem sequer ao de si mesmo, quanto mais ao da irmã. Daí avancei para outra hipótese mais plausível. Aquela senhora, na aparência normal, devia ter pés suplementares, Deus me perdoe, e usava-os dois de cada vez, recolhendo os demais mediante uma organização anatômica (ou eletrônica) absolutamente inédita. Observei-a com aten-*

*ção e zelo científico, na expectativa de movimento menos controlado, que denunciasse o segredo. Nada disso. Até onde se podia perceber, eram apenas duas pernas, e bem agradáveis, terminando em dois exclusivos pés, de esbelto formato.*

*Assim, a coleção era mesmo para casar – e fiquei conjecturando que o casamento é uma rara coisa, exigindo a todo instante que a mulher troque de sapato, não se sabe bem para quê – a menos que os vá perdendo no afã de atirá-los sobre o marido, e eles (não o marido) sumam pela janela do apartamento.*

*A senhora pagou – não em dinheiro ou cheque, mas com um sorriso que mandava receber num lugar bastante acreditado, pois já reparei que as maiores compras são sempre pagas nele, e aos comerciantes agrada-lhes o sistema. As caixas de sapato adquiridas foram transportadas para o carro, estacionado em frente à loja. Mentiria se dissesse que eram doze carros monumentais, com doze motoristas louros, de olhos azuis. Não. Era um carro só, simplesinho, sem motorista, nem precisava dele, pois logo se percebeu sua natureza de teleguiado. Sem manobra, flechou no espaço e sumiu, levando a noiva e seus doze pares de França, perdão! de sapatos. Eu preveni que o caso era banal e maravilhoso.*

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond de. **Cadeira de balanço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020)

*Mentiria se dissesse que eram doze carros monumentais, com doze motoristas louros, de olhos azuis.*

Em relação à oração que o precede, o trecho sublinhado expressa ideia de

- (A) consequência.  
 (B) oposição.  
 (C) causa.  
 (D) concessão.  
 (E) condição.

### 4. FCC - AJ TRT22/TRT 22/APOIO ESPECIALIZADO/BIBLIOTECONOMIA/2022

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Orações Reduzidas

**Atenção:** Para responder à questão, baseie-se no texto abaixo.

*O rio de minha terra é um deus estranho. Ele tem braços, dentes, corpo, coração, muitas vezes homicida, foi ele quem levou o meu irmão.*

*É muito calmo o rio de minha terra.*

*Suas águas são feitas de argila e de mistérios.*

# NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

## NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

### 1. FCC - PROC (TERESINA)/PREF TERESINA/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal, no plano das relações internacionais, a República Federativa do Brasil

(A) buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

(B) defenderá a ação bélica para solução dos conflitos quando determinada por organismo internacional do qual reconhece a jurisdição.

(C) defenderá a intervenção em outros países para garantir a prevalência dos valores da civilização ocidental judaico-cristã.

(D) tratará as relações com Estados considerados desenvolvidos de maneira privilegiada.

(E) não concederá asilo político a cidadãos originários de Estados com os quais não mantém relação diplomática.

### 2. FCC - AJ TRT23/TRT 23/APOIO ESPECIALIZADO/SERVIÇO SOCIAL/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

O Estado Democrático de Direito é formado pela união dos Estados, Municípios e pelo Distrito Federal, e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Em se tratando desses dois últimos fundamentos, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa devem ser aplicados ao direito

(A) urbanístico.

(B) financeiro.

(C) tributário.

(D) socioambiental.

(E) penal.

### 3. FCC - AJ TRT5/TRT 5/APOIO ESPECIALIZADO/SERVIÇO SOCIAL/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Conforme preconiza a Constituição Federal de 1988, as relações internacionais da República Federativa do Brasil devem ser regidas por princípios, entre eles: a prevalência dos direitos humanos, a concessão de asilo político, a defesa da paz, entre outros. Com o objetivo de formar uma comunidade latino-americana, deve-se buscar a integração:

I. Econômica.

II. Social.

III. Cultural.

IV. Política.

V. Regional.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II, e III.

(B) I, IV, e V.

(C) II, III, e V.

(D) II, IV, e V.

(E) III, IV, e V.

### 4. FCC - TM (MPE PB)/MPE PB/SEM ESPECIALIDADE/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Tomando conhecimento de que seria encenada uma peça teatral na cidade que retrataria uma tradicional figura cristã masculina como uma mulher negra, determinado grupo religioso requereu a proibição da estreia da referida peça, no que foram prontamente atendidos. Diante da situação hipotética apresentada, e levando-se em conta o que estabelece a Constituição Federal,

(A) somente o Estado poderia, mediante regra geral, restringir ou impedir a estreia da peça, mediante censura prévia, com fundamento em sua competência para exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão. (B) é admissível a proibição da estreia da peça, desde que se pretenda encená-la em local aberto ao público, hipótese em que a reunião de pessoas, ainda que pacífica, depende de aviso prévio e autorização da autoridade competente.

(C) é inconstitucional a proibição da estreia da peça teatral, uma vez que é assegurada a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

(D) somente a União poderia, mediante regra geral, restringir ou impedir a estreia da peça, mediante censura prévia, com fundamento na inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença.

(E) somente por meio de lei é possível a censura prévia à liberdade de expressão e de criação artística, de sorte que o prefeito do município em questão não poderia ter proibido a estreia da peça de teatro.

5. FCC - ASS PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Constantino estava regando as plantas no jardim de sua moradia, em uma manhã de domingo, quando começou a passar mal. Rafael, que transitava na frente do imóvel, assistiu à cena e imediatamente adentrou na casa para prestar socorro a Constantino. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, Rafael

(A) não agiu corretamente, pois apenas em caso de desastre é permitido penetrar na casa sem o consentimento do morador.

(B) não agiu corretamente, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador.

(C) não agiu corretamente, pois apenas em caso de flagrante delito é permitido penetrar na casa sem o consentimento do morador.

(D) agiu corretamente, pois é permitido penetrar na casa sem o consentimento do morador para prestar socorro.

(E) não agiu corretamente, pois, durante o dia, apenas por determinação judicial é permitido penetrar na casa sem o consentimento do morador.

6. FCC - ASS PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Um grupo liderado por Saulo pretende reunir-se em uma praça aberta ao público para se manifestar a respeito de uma questão que entende ser de interesse de toda a população. De acordo com a Constituição Federal, essa reunião poderá acontecer pacificamente,

(A) sem armas, independentemente de autorização, desde que não frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

(B) sem armas, desde que haja autorização da autoridade competente.

(C) sem armas, independentemente de autorização e de prévio aviso à autoridade competente, desde que não frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

(D) sem armas, não sendo exigidos autorização e prévio aviso à autoridade competente, independentemente de frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, pois o direito à reunião é um direito fundamental de todos.

(E) desde que haja autorização da autoridade competente e que não frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente, inclusive sobre o uso de armas, para que o direito à segurança seja garantido.

7. FCC - ANA JD (DPE AM)/DPE AM/CIÊNCIAS JURÍDICAS/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

O direito à assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos está previsto na Constituição Federal

(A) implicitamente, em decorrência da criação da Defensoria Pública.

(B) expressamente, mas sem relação com o rol das cláusulas pétreas.

(C) implicitamente e integra o rol das cláusulas pétreas.

(D) implicitamente, mas sem relação com o rol das cláusulas pétreas.

(E) expressamente e integra o rol das cláusulas pétreas.

8. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

O artigo 5º da Constituição Federal elenca um extenso rol de direitos e garantias individuais, que

(A) podem ser suprimidos por emenda constitucional.

(B) têm aplicação condicionada à regulamentação infraconstitucional.

(C) não excluem outros direitos decorrentes do regime e dos princípios constitucionais.

(D) não podem ser restringidos durante o estado de sítio.

(E) não estão sujeitos ao controle judicial.

# NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

## NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

### 1. FCC - PROC A (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/2021

Assunto: Direito Administrativo - Origem, Conceito e Fontes do Direito Administrativo

A discussão teórica sobre o conceito de Direito Administrativo se estabeleceu, a partir do debate acadêmico europeu do Século XIX, em torno de determinados traços distintivos da disciplina. Dentre as escolas que então se formaram, aquela que enfatizava a importância da distinção entre “atos de império” e “atos de gestão”, para fins de definição do campo científico jusadministrativo, é a escola

- (A) do serviço público.
- (B) teleológica ou finalista.
- (C) da *puissance publique* ou potestade pública.
- (D) da gestão pública.
- (E) imperialista ou da supremacia administrativa.

### 2. FCC - DP AM/DPE AM/2021

Assunto: Direito Administrativo - Origem, Conceito e Fontes do Direito Administrativo

O critério que define o direito público resumindo-o às regras de organização e gestão dos serviços públicos exercidos pelo Estado ficou conhecido como o critério

- (A) residual.
- (B) do Poder Executivo.
- (C) da escola *puissance publique*.
- (D) do serviço público.
- (E) das relações jurídicas.

### 3. FCC - AJ TRT22/TRT 22/ÁREA ADMINISTRATIVA/”SEM ESPECIALIDADE”/2022

Assunto: Direito Administrativo - Conceito de Atos Administrativos

Identifica-se a natureza de determinado ato como administrativo quando, dentre outras hipóteses,

- (A) editado por autoridade integrante dos quadros de pessoas jurídicas de direito público integrantes da Administração pública, assim não se considerando quando emanados de entes com natureza jurídica de direito privado.

(B) veicular manifestação de vontade da Administração pública e tiver sido editado por agente público no regular exercício de suas funções, para fins de reconhecimento ou atribuição de direito a um administrado.

(C) tiver a motivação de sua edição explicitada no corpo da manifestação de vontade, sendo facultativa a existência do motivo da edição.

(D) quando o escopo de sua edição for o atingimento de uma finalidade pública, não se considerando como tal os atos que conferem ou reconhecem direitos aos administrados.

(E) tiver observado forma específica prevista em lei, não se admitindo tal natureza aos atos inominados editados no exercício de funções ordinárias da Administração pública.

### 4. FCC - AJ TRT18/TRT 18/ADMINISTRATIVA/”SEM ESPECIALIDADE”/2023

Assunto: Direito Administrativo - Atributos ou Características dos Atos Administrativos

Quanto aos atributos e elementos do ato administrativo e respectiva relação com a existência e validade,

(A) a presunção de legitimidade que informa todos os atos administrativos não afasta a possibilidade de controle judicial em relação a eventuais vícios de legalidade, como no caso de ato proferido por autoridade incompetente.

(B) a imperatividade dos atos administrativos enseja medidas de autoexecutoriedade e, em razão da natureza discricionária, não admite controle judicial, apenas autotutela por parte da Administração Pública.

(C) a exigibilidade dos atos administrativos guarda relação direta com a forma, estando presente apenas nos atos vinculados que, como tal, encontram todos os seus requisitos de validade elencados na lei.

(D) o vício relativo ao motivo, ou seja, quanto aos pressupostos fáticos do ato, pode ser objeto de controle judicial, sem prejuízo da possibilidade de convalidação.

(E) o objeto do ato administrativo pode ser discricionário ou vinculado, sendo que somente os atos discricionários que apresentem vícios poderão ser convalidados.

### 5. FCC - PROC (UNICAMP)/UNICAMP/2022

Assunto: Direito Administrativo - Atributos ou Características dos Atos Administrativos

Considere a seguinte notícia:

*O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o Estado pode determinar aos cidadãos que se submetam, compulsoriamente, à vacinação contra a Covid-19, prevista na Lei nº 13.979/2020. De acordo com a decisão,*

*o Estado pode impor aos cidadãos que recusem a vacinação e as medidas restritivas previstas em lei (multa, impedimento de frequentar determinados lugares, fazer matrícula em escola), mas não pode fazer a imunização à força. Também ficou definido que os estados, o Distrito Federal e os municípios têm autonomia para realizar campanhas locais de vacinação.*

(Portal do STF. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br>, notícia publicada em 17/12/2020)

Nos termos da teoria dos atos administrativos, o STF, na decisão acima, afirmou que o ato administrativo que venha a impor a compulsoriedade vacinal é despido do atributo da

- (A) imperatividade.
- (B) publicidade.
- (C) exigibilidade.
- (D) presunção de legitimidade.
- (E) executoriedade.

6. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Direito Administrativo - Atributos ou Características dos Atos Administrativos

A possibilidade de interdição de um estabelecimento por violação a normas sanitárias pelo poder público, independentemente de autorização judicial, decorre do atributo dos atos administrativos conhecido como

- (A) autoexecutoriedade.
- (B) eficiência.
- (C) tipicidade.
- (D) presunção de legitimidade.
- (E) moralidade.

7. FCC - SOLD (PM)/PM AP/COMBATENTE/2022

Assunto: Direito Administrativo - Atributos ou Características dos Atos Administrativos

No que diz respeito aos atributos do Ato Administrativo, a

- (A) autoexecutoriedade é o atributo pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração pública, com a necessidade de prévia intervenção do Poder Judiciário.
- (B) imperatividade é o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, mediante a sua concordância explícita, e está presente em todos os atos administrativos.
- (C) presunção de legitimidade é um atributo presente em todos os atos administrativos e decorre da sujeição da Administração pública à lei. Assim, os atos administrativos, até prova em contrário, presumem-se em conformidade com o sistema normativo.

(D) tipicidade é o atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas pela lei de forma prévia, ou que venham a ser definidas em momento posterior a sua prática ou concretização, como aptas a produzir determinados resultados.

(E) exigibilidade é o atributo pelo qual a Administração pública tem o poder de exigir que a obrigação imposta seja cumprida, sob pena de sanções legais, dependendo de prévia autorização judicial.

8. FCC - PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Direito Administrativo - Poder Regulamentar

*O poder normativo ou regulamentar é a prerrogativa reconhecida à Administração pública para editar atos administrativos gerais para fiel execução das leis. Tradicionalmente, é reconhecida a possibilidade de órgãos e entidades localizadas institucionalmente fora do âmbito do Poder Legislativo exercerem, também, poder normativo.* (Rafael Carvalho Rezende de Oliveira, Curso de Direito Administrativo, 9.ed., item 7.4.1).

A propósito de tal poder,

(A) é possível a alteração de lei, por meio de decreto editado pelo Chefe do Poder Executivo, em matéria adstrita à competência para editar regulamentos autônomos sobre a organização e funcionamento da administração, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

(B) a edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, deverá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão.

(C) dado o princípio do paralelismo das formas, todo decreto editado pelo Chefe do Poder Executivo poderá ser alterado ou revogado por ato da mesma natureza.

(D) por se tratar de ato infralegal, o decreto autônomo editado pelo Chefe do Poder Executivo não pode ser questionado por meio de ação de controle concentrado de constitucionalidade.

(E) por força do princípio da hierarquia, é possível delegar a subordinado a edição de atos normativos, salvo se houver vedação legal específica.

9. FCC - AJ TRT22/TRT 22/ÁREA ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Administrativo - Poder Regulamentar

Editada lei instituindo programa de regularização fundiária para atendimento de famílias de baixa renda instaladas em núcleos habitacionais informais, foi elaborada minuta de decreto estabelecendo os critérios de identificação dos ocupantes, dimensão das unidades e procedimento para solicitação do benefício. A edição do decreto expressa manifestação do poder

# NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### 1. FCC - AGAAS (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2022

Assunto: Administração Geral e Pública - Convergências entre a Gestão Pública e a Privada

Em uma rede social, Marcos publicou um comentário, afirmando que a Administração Pública deveria seguir todos os princípios da Administração Privada. Júlia respondeu ao seu comentário com três argumentos que diferenciam os dois tipos de administração. Os argumentos válidos publicados na resposta da Júlia encontram-se em:

(A) o governo tem que pensar no lucro de todas as empresas, e as empresas, somente no seu. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e muitos pagam mesmo sem usar o serviço, já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço que consome. No governo os interesses dos cidadãos são irrelevantes, ao contrário da empresa privada.

(B) o governo tem que pensar no lucro de todas as empresas, e as empresas, somente no seu. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e muitos pagam mesmo sem usar o serviço; já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço que consome. No governo há a intenção de servir a sociedade e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.

(C) o governo tem que pensar no bem-estar coletivo, e as empresas, no seu impacto para a sociedade. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através de boletos, quando o cidadão usa um serviço específico; já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço mesmo sem usar. No governo há a intenção de servir aos interesses econômicos da nação, e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.

(D) o governo tem que pensar no bem-estar coletivo, e as empresas, no seu lucro financeiro. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e muitos pagam mesmo sem usar o serviço; já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço que consome. O governo existe para servir a sociedade e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.

(E) o governo tem que pensar no bem-estar coletivo, e as empresas, no seu lucro financeiro. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e o cidadão paga somente pelo serviço que usar; já na iniciativa privada, a pessoa paga direta-

mente para a empresa pelo bem ou serviço que consome. No governo há o desejo de servir às empresas para que atendam aos seus consumidores, e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.

### 2. FCC - AJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Administração Geral e Pública - Convergências entre a Gestão Pública e a Privada

É(São) exemplo(s) de convergência de práticas entre a Administração pública direta e a iniciativa privada:

(A) avaliação por resultados e participação nos lucros.

(B) participação nos lucros e demissão sem justa causa.

(C) direito a férias remuneradas com salário maior do que o normal e avaliação por resultados.

(D) direito a férias remuneradas com salário maior do que o normal e demissão sem justa causa.

(E) participação nos lucros.

### 3. FCC - AJ TRT5/TRT 5/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Administração Geral e Pública - Convergências entre a Gestão Pública e a Privada

Há assentada doutrina que investiga os pontos de convergência e de divergência entre administração privada e administração pública que considera que

(A) o poder público deve ser econômico, eficiente e eficaz, ainda que incapaz de demonstrar.

(B) o poder público, além de econômico, eficiente e eficaz, deve ser capaz de demonstrar.

(C) não há diferenças entre administração de entidades privadas e públicas.

(D) não há similaridades entre administração de entidades privadas e públicas.

(E) o poder público não deve demonstrar suas decisões, mantendo o sigilo da motivação.

4. FCC - ANA (TJ SC)/TJ SC/ADMINISTRATIVO/2021

Assunto: Administração Geral e Pública - Convergências entre a Gestão Pública e a Privada

Constitui característica convergente entre a gestão pública e a gestão privada:

- (A) atividade regida por recursos oriundos de contribuições compulsórias dos cidadãos e empresas, que devem ser direcionados para a prestação do serviço público e do bem comum.
- (B) subordinação à supremacia do interesse público e à obrigação da continuidade da prestação do serviço.
- (C) possibilidade de fazer tudo aquilo que não estiver proibido por lei.
- (D) busca pelo lucro financeiro e por formas de garantir a sustentabilidade do negócio.
- (E) preocupação com a produtividade, eficiência, eficácia e efetividade de suas ações.

5. FCC - ANA (DETRAN AP)/DETRAN AP/GESTÃO EM TRÂNSITO/2022

Assunto: Administração Geral e Pública - Divergências entre a Gestão Pública e a Privada

Podemos destacar como diferença entre a gestão pública e privada o fato de que, na gestão

- (A) privada, é obrigatório o respeito aos princípios do art. 37 da Constituição Federal, em qualquer atividade.
- (B) privada, o objetivo é atender ao interesse da sociedade.
- (C) pública, a atenção aos princípios contidos no art. 37, da Constituição Federal é facultativa.
- (D) pública, o objetivo maior é atender ao bem-estar da coletividade.
- (E) pública, o “cliente” somente paga pelos serviços de que efetivamente se utilizar.

6. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Administração Geral e Pública - Governabilidade

Governança e governabilidade são conceitos

- (A) distintos, sendo que a governança preocupa-se com a sociedade e os seus níveis de poderes, que poderão reagir às suas ações.
- (B) distintos, sendo que a governabilidade se refere ao ambiente político em que se efetivam as ações do sistema de governança, que pode gerar legitimidade, credibilidade e imagem positiva.
- (C) distintos, porque a governabilidade garante a governança.

- (D) distintos, porque a governabilidade é a capacidade de governar por meio de apoio político e popular e a governança é quem garante esse relacionamento.
- (E) sinônimos.

7. FCC - TJ (TJ MA)/TJ MA/APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2019

Assunto: Administração Geral e Pública - Governabilidade

Considere o texto abaixo sobre Administração pública: ..I.. é a capacidade do governo de praticar as decisões tomadas, enquanto que a ..II.. diz respeito às condições necessárias das quais o governo precisa para exercer o poder. ...III... trata da prestação de contas por parte do governo, sendo considerada um aspecto central da ..IV.. , que por sua vez, está estreitamente correlacionada à ..V.. .

Preenchem correta e respectivamente as lacunas I, II, III, IV e V:

I	II	III	IV	V
---	----	-----	----	---

- (A) Governabilidade governança Governança governabilidade *accountability*
- (B) Governança governabilidade *Accountability* governança governabilidade
- (C) *Accountability* governabilidade Governança *accountability* governança
- (D) Governança *accountability* Governabilidade governança *accountability*
- (E) Governabilidade governança *Accountability* governabilidade *accountability*

8. FCC - AJ TRT5/TRT 5/ADMINISTRATIVA/“SEM ESPECIALIDADE”/2022

Assunto: Administração Geral e Pública - Governança Pública

Acerca dos princípios e diretrizes de governança como estabelecidos pelo Referencial Básico do TCU, integra o conjunto de valores interdependentes

- (A) a capacidade de resposta, que diz respeito à obrigação que têm as empresas e corporações públicas de assumir as responsabilidades de ordem fiscal, gerencial e programática que lhes foram conferidas, além de informar o cumprimento dessas.
- (B) a transparência, que diz respeito às ações organizacionais e ao comportamento do agente público, referindo-se à adesão e alinhamento consistente aos valores, princípios e normas éticas comuns para sustentar e priorizar o interesse público sobre os interesses privados.

# NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO

## NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO

### 1. FCC - DP CE/DPE CE/2022

Assunto: Direito do Trabalho - Direitos Constitucionais Trabalhistas

Sobre os direitos constitucionais dos trabalhadores é (A) garantido seguro-desemprego ao trabalhador, em qualquer hipótese, desde que respeitados os períodos de carência.

(B) direito do trabalhador o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

(C) garantida a licença-paternidade, nos termos da lei, com duração mínima de trinta dias.

(D) direito da trabalhadora a licença-maternidade de 180 dias, podendo retornar ao trabalho após pelo menos 120 dias, desde que indenizada pelo período restante.

(E) garantida a irredutibilidade de salário, salvo motivos de caso fortuito ou força maior, referendados pelo sindicato da categoria ou pelo Judiciário.

### 2. FCC - PROC (UNICAMP)/UNICAMP/2022

Assunto: Direito do Trabalho - Fontes do Direito Individual do Trabalho

O tema relativo às fontes no Direito do Trabalho possui um enfoque especial por comportar um relevante elemento diferenciador desse segmento jurídico especializado perante os demais ramos existentes. Nesta seara, a Doutrina considera fontes formais autônomas

(A) a Constituição Federal, as leis federais e as medidas provisórias.

(B) os tratados e convenções internacionais após ratificação e adesão internas e os regulamentos normativos.

(C) as convenções coletivas de trabalho, os acordos coletivos de trabalhos e o contrato coletivo de trabalho.

(D) as portarias, as instruções normativas e as circulares do Ministério do Trabalho.

(E) os usos e costumes, o laudo arbitral no contexto do Direito Coletivo do Trabalho e a sentença normativa.

### 3. FCC - PROC (TERESINA)/PREF TERESINA/2022

Assunto: Direito do Trabalho - Fontes do Direito Individual do Trabalho

Considerando a autonomia do Direito do Trabalho, no contexto dos ramos e disciplinas componentes do universo do Direito, em relação a suas fontes e seus princípios:

(A) As fontes formais heterogêneas do Direito do Trabalho, sob a perspectiva econômica, estão, regra geral, atadas à existência e evolução do sistema capitalista, advindo da Revolução Industrial, do século XVIII.

(B) Esse ramo jurídico especializado constitui-se das seguintes fontes materiais heterônomas: costumes; convenções coletivas de trabalho e acordos coletivos de trabalho.

(C) São consideradas fontes formais autônomas justas os tratados e convenções internacionais favorecidos por ratificação e adesão internas e as sentenças normativas.

(D) O princípio do contrato-realidade determina que o operador jurídico, no exame das declarações volitivas, deve atentar mais ao envoltório formal do que à intenção dos agentes, porque a prática habitual não pode alterar o contrato pactuado.

(E) O princípio da norma mais favorável adquiriu respaldo constitucional na medida em que o artigo 7o, caput da Constituição Federal utilizou a expressão "além de outros que visem à melhoria de sua condição" ao elencar o rol dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais.

### 4. FCC - PROC (UNICAMP)/UNICAMP/2022

Assunto: Direito do Trabalho - Relação de Trabalho e Relação de Emprego

A Consolidação das Leis do Trabalho conceitua as figuras essenciais de um contrato de trabalho como sendo empregado e empregador, apresentando requisitos desta relação de emprego. Segundo essa norma,

(A) os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio.

(B) os profissionais liberais, mesmo que admitam trabalhadores como empregados, não se equiparam ao empregador, para os efeitos da relação de emprego.

(C) uma associação recreativa sem fins lucrativos não poderá ser considerada empregadora para efeitos da relação de emprego, por faltar o requisito da atividade lucrativa do empregador.

(D) o marido não poderá ser considerado empregado de sua esposa, casada em regime de comunhão de bens, em razão do grau de parentesco, mesmo que presentes os requisitos legais da relação de emprego.

(E) considera-se empregado toda pessoa física ou jurídica que prestar serviços eventuais a pessoa jurídica mediante remuneração e sob a dependência desta.

5. FCC - TJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito do Trabalho - Relação de Trabalho e Relação de Emprego

O contrato de trabalho intermitente, conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, pode ser considerado um contrato atípico, por ausência de

- (A) subordinação.
- (B) remuneração mensal.
- (C) continuidade.
- (D) onerosidade.
- (E) previsibilidade.

6. FCC - AJ TRT23/TRT 23/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2022

Assunto: Direito do Trabalho - Relação de Trabalho e Relação de Emprego

Basílio, empregado da área financeira, por mútuo acordo com a sua empregadora Ra Tim Bum Eventos Ltda., trabalha desde 2020 em regime de teletrabalho. Necessitando de uma presença constante nas dependências da empresa, a empresa pretende retornar Basílio ao trabalho presencial.

Nessa hipótese, poderá implementar a retomada

- (A) com a concordância do empregado, desde que observe prazo mínimo de 45 dias para a transição, registrado em aditivo contratual.
- (B) salvo recusa de Basílio, observando o período mínimo de 30 dias para a transição, registrado em aditivo contratual.
- (C) com a concordância do empregado, desde que observe prazo mínimo de 60 dias para a transição, registrado em aditivo contratual.
- (D) independente da concordância do empregado, observando o período mínimo de 30 dias para a transição registrado em aditivo contratual.
- (E) por sua determinação própria, observando o período mínimo de 15 dias para a transição, registrado em aditivo contratual.

7. FCC - AJ TRT23/TRT 23/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito do Trabalho - Relação de Trabalho e Relação de Emprego

Considere as assertivas abaixo a respeito do contrato de trabalho intermitente.

I. O contrato de trabalho intermitente, por ser uma modalidade extraordinária e informal, pode ser celebrado de forma tácita, desde que haja algum meio eficaz de manifestação de vontade do empregado.

II. Apenas a categoria dos aeronautas é excluída da possibilidade de celebração de contrato de trabalho intermitente, por contar com legislação própria que regula a profissão.

III. O silêncio do empregado após a oferta de trabalho feita pelo empregador é considerada recusa após 1 dia útil, sendo hipótese de descaracterização da subordinação jurídica.

IV. O prazo de antecedência que o empregador deve obedecer para a convocação do empregado ao trabalho é de 5 dias corridos.

V. Em caso de aceite da oferta para comparecer ao trabalho, a parte que descumprir, sem justo motivo, pagará à outra, no prazo de 30 dias, multa de 50% da remuneração devida.

Conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e V.
- (B) II e V.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) III e V.

8. FCC - AJ TRT18/TRT 18/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2023

Assunto: Direito do Trabalho - Alteração (Contrato de Trabalho)

O princípio norteador do exercício do jus variandi pelo empregador, conforme disciplina a Consolidação das Leis do Trabalho é o

- (A) do in dubio pro operario, desde que haja acordo mútuo entre empregado e empregador, sendo irrelevante o resultado de prejuízo ao trabalhador.
- (B) da ausência de prejuízo ao empregado, independente de haver ou não mútuo consentimento.
- (C) da primazia da realidade, não sendo relevante o resultado de prejuízo ao empregado.

# NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

## NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

1. FCC - DP SP/DPE SP/2023

Assunto: Direitos Humanos - Conceitos, Histórico e Gerações dos Direitos Humanos

Considere os seguintes textos:

[...] *Os direitos humanos, mais que direitos “propriamente ditos”, são processos; ou seja, o resultado sempre provisório das lutas que os seres humanos colocam em prática para ter acesso aos bens necessários para a vida.*

(HERRERA FLORES, Joaquín. *A (re) invenção dos direitos humanos*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009, p. 28)

[...] *Mas é preciso estar atento e forte. O senso comum imagina que a democracia é algo que você veste e sai andando – não é.*

[...] *Se tiver uma faixa “DEMOCRACIA, ENTRE”, é bobagem, você vai entrar e levar um soco na cara. Os poetas dizem que a democracia é uma utopia, algo que se busca, não que consome. É um desafio que uma sociedade determinada exercita como experiência cotidiana. Assim como a ideia de liberdade, de integridade de um povo, a democracia deve ser constantemente construída, ela não tem o dom de se instalar e está sujeita a todo tipo de ataque”.*

(KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 44)

A partir da análise dos textos acima, em cotejo com as construções teóricas e jurisprudenciais sobre democracia e direitos humanos, é **correto** afirmar:

- (A) A democracia e a concretização dos direitos humanos são processos históricos sem retrocessos depois de instalados.
- (B) A construção da democracia e dos direitos humanos dispensam o resgate da memória histórica, já que são experiências cotidianas.
- (C) O processo de concretização dos direitos humanos e de fortalecimento democrático tem sido linear e definitivo.

(D) O direito à verdade não se aplica a contextos declaradamente democráticos, pois visa apurar fatos ocorridos em regimes abertamente ditatoriais.

(E) As garantias de não repetição buscam fortalecer a democracia e prevenir futuras violações de direitos humanos.

2. FCC - AGAAS (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2022

Assunto: Direitos Humanos - Conceitos, Histórico e Gerações dos Direitos Humanos

O término da 2ª Guerra Mundial é considerado um marco de especial importância na evolução histórica dos direitos humanos. Em parte, isso se deve ao fato de que, a partir de então,

(A) reafirma-se e consolida-se a noção de soberania nacional como principal instrumento de garantia dos direitos de seus cidadãos.

(B) o indivíduo, como pessoa natural, emerge, ao lado de outros atores, como importante sujeito do direito internacional de direitos humanos.

(C) com a criação da Liga das Nações, todos os países passam a se comprometer ativamente com a observância dos direitos humanos em território nacional.

(D) passa-se a reconhecer, a partir da experiência do holocausto, o caráter universal dos direitos humanos, até então restritos a grupos de pessoas declaradas vulneráveis.

(E) surgem os primeiros tratados internacionais para reduzir os efeitos das guerras sobre a população civil e oferecer proteção para militares capturados ou feridos.

3. FCC - ANA AC (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/AUDIODESCRIPTOR/2022

Assunto: Direitos Humanos - Conceitos, Histórico e Gerações dos Direitos Humanos

Uma das características dos direitos humanos é a imprescritibilidade, a qual significa que

(A) não precisam ser escritos, bastando que façam parte de um consenso social e cultural para que sejam exigidos e respeitados.

(B) não podem ser proscritos pela lei interna do país caso já tenham sido reconhecidos em nível internacional.

(C) o decorrer do tempo sem que tenham sido concretizados não retira de seu titular a possibilidade de exigí-los a qualquer momento.

(D) devem ser exercidos diretamente por seus titulares independentemente da necessidade de prescrição legal ou judicial.

(E) devem ser reconhecidos pelas leis de cada Estado de modo que, após o reconhecimento, não possam mais ser revogados.

4. FCC - SOLD (PM)/PM AP/COMBATENTE/2022

Assunto: Direitos Humanos - Conceitos, Histórico e Gerações dos Direitos Humanos

Pelo princípio da vedação ao retrocesso, em matéria de direitos humanos, também conhecido como princípio da proibição de regresso,

(A) a testemunha, após prestar o seu depoimento em audiência, não poderá mais alterá-lo.

(B) a aplicação da lei só pode regular efeitos futuros, não podendo retroagir.

(C) o preso, após a progressão do regime fechado para o semiaberto, não poderá mais voltar para o regime mais severo.

(D) os direitos não podem retroagir, só podendo avançar na proteção dos indivíduos.

(E) não há crime sem lei anterior que o defina e não há pena sem prévia cominação legal.

5. FCC - DP MT/DPE MT/2022

Assunto: Direitos Humanos - Conceitos, Histórico e Gerações dos Direitos Humanos

*Consideramos estas verdades como autoevidentes, que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes são vida, liberdade e busca da felicidade.*

Essa frase, de fundamental importância na evolução histórica dos Direitos Humanos, está contida na

(A) Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948.

(B) Petição de Direitos (*Petition of Rights*) de 1628.

(C) Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.

(D) Magna Carta de 1215.

(E) Declaração de Independência dos Estados Unidos da América de 1776.

6. FCC - AJ TRT5/TRT 5/APOIO ESPECIALIZADO/SERVIÇO SOCIAL/2022

Assunto: Direitos Humanos - Conceitos, Histórico e Gerações dos Direitos Humanos

Considere as assertivas a respeito da trajetória histórica e do conceito de Direitos Humanos.

I. A concepção moderna dos direitos humanos se baseia nos princípios da universalidade, do direito natural à vida, à liberdade e ao pensamento.

II. As declarações dos direitos humanos além de assinalarem situações históricas e traumáticas, de servirem para preservar a humanidade da violência, e de buscarem a transformação, assinalam uma busca de um consentimento social e político de direitos que não são reconhecidos por todos.

III. A distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais consiste em que os direitos humanos estão positivados no plano internacional; enquanto os direitos fundamentais estão positivados na Constituição Federal.

IV. Os direitos humanos têm como objetivo preservar direitos mínimos à sociedade e reduzir as vulnerabilidades sociais ocasionadas pelo modo de produção e reprodução capitalista.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) I, II e III.

(D) I e IV.

(E) II e IV.

7. FCC - DP RR/DPE RR/2021

Assunto: Direitos Humanos - Conceitos, Histórico e Gerações dos Direitos Humanos

Joaquín Herrera Flores concebe os direitos humanos como *uma convenção cultural que utilizamos para introduzir uma tensão entre os direitos reconhecidos e as práticas sociais que buscam tanto seu reconhecimento positivado, como outra forma de reconhecimento ou procedimento que garanta algo que é, ao mesmo tempo, exterior e interior a tais normas*. O conceito apresentado e seu autor estão relacionados a uma das vertentes da

(A) fundamentação juspositivista dos direitos humanos.

(B) teoria crítica dos direitos humanos.

(C) concepção juscontratualista moderna dos direitos humanos.

(D) hermenêutica diatópica dos direitos humanos.

(E) corrente evolutivo-histórica dos direitos humanos.

8. FCC - ANA FOM (AFAP)/AFAP/ADVOGADO/2019

Assunto: Direitos Humanos - Conceitos, Histórico e Gerações dos Direitos Humanos

Considere o seguinte excerto da obra doutrinária ao final identificada:

*“Outra característica associada aos direitos fundamentais diz com o fato de estarem consagrados em preceitos da ordem jurídica. Essa característica serve de traço divisor entre as expressões direitos fundamentais e direitos humanos.*